



ESTADO DE GOIÁS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026 – DPE-GO

A Defensoria Pública do Estado de Goiás, por intermédio do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta licitação, nesta unidade, a ser realizada em sessão pública eletrônica por meio do site www.gov.br/compras.

Tipo: Menor Preço por Lote

Processo: 202510892003980

Contratante: Defensoria Pública do Estado de Goiás - DPE-GO (UASG 926931)

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de material de expediente para atender às necessidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Goiás, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Data de início para apresentação das propostas: 11/06/2026 Horário: 09:00 horas

Início da sessão pública: 24/06/2026 Horário: 09:00 horas

1. A licitação será feita por lote, conforme quantitativo demonstrado no item 2.1 do Termo de Referência.
2. O licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote.
3. O valor do lote corresponderá à soma dos valores totais dos itens que o compõem.
4. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote, observadas as exigências contidas no Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.
5. Os valores máximos aceitáveis estão indicados no valor total do item 2.1 do Termo de Referência.

O Edital de Licitação encontra-se disponível nos sites www.gov.br/compras e www.dpe.go.gov.br.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINE KELI MACHADO LOPES ROVAGNOL**, Agente de contratação, em 10/06/2026, às 09:19, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **91297672** e o código CRC **526BD503**.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DPE-GO
ALAMEDA CORONEL JOAQUIM DE BASTOS 282 Qd.217 Lt.14, S/C - Bairro SETOR MARISTA - GOIANIA - GO - CEP
74175-150 - (62)3157-1120.



Referência: Processo nº 202510892003980



SEI 91297672



ESTADO DE GOIÁS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

Edital

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026 – DPE-GO

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de material de expediente para atender às necessidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Goiás, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

OBS: Esta licitação será realizada com a participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte, concedendo-lhes os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

PROCESSO Nº 202510892003980

UASG: 926931

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, no exercício de sua autonomia administrativa (art. 134, §2º da CRFB/88, e art. 120, §3º da Constituição Estadual), inscrita no CNPJ sob o nº 13.635.973/0001-49, com sede à Alameda Coronel Joaquim de Bastos, nº 282, Quadra 217, Lote 19, Setor Marista, CEP 74.175-15, Goiânia-GO, ora representada pelo seu Defensor Público-Geral, **Dr. TIAGO GREGÓRIO FERNANDES**, nomeado por Decreto, publicado no Suplemento do Diário Oficial do Estado de Goiás nº 24.411 do dia 11/11/2024, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.982.621-XX, determina o procedimento licitatório a ser realizado pelo pregoeiro, usando a competência delegada na Portaria Administrativa nº 138/2024 – GABINETE/DPG, torna público que se acha aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90004/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com **participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte, concedendo-lhes os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006**, a ser realizado em sessão pública eletrônica, através do site www.gov.br/compras, oriundo do Processo nº **202510892003980**, objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de material de expediente, para atender às necessidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Goiás, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos. O presente certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Este Edital está disponível aos interessados no endereço acima e publicado no site www.gov.br/compras e www.dpe.go.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada no fornecimento de material de expediente, para atender às necessidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Goiás, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será feita por lote, conforme quantitativo demonstrado no item 2.1 do Termo de Referência.

1.3. O licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote.

1.4. O valor do lote corresponderá à soma dos valores totais dos itens que o compõem.

1.5. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote, observadas as exigências contidas no Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.6. Os valores máximos aceitáveis estão indicados no valor total do item 2.1 do Termo de Referência.

2. DO LOCAL, DA DATA E DA HORA

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras, no dia **24/06/2026, a partir das 09:00 h**, horário de Brasília, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

2.2. As Propostas Comerciais deverão ser encaminhadas de forma eletrônica, no período compreendido entre as **09:00 h o dia 11/06/2026 e as 09:00 h do dia 24/06/2026**.

2.3. A fase competitiva (lances) terá início previsto para o dia **24/06/2026 às 09:00 h**, com seu encerramento por prorrogação automática 2+2 ativado às **09:10 h** do mesmo dia.

2.4. O prazo fixado para a apresentação das propostas não será inferior a 8 (oito) dias úteis, contados da data de publicação do aviso do edital.

2.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2.6. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar os termos do Edital, por meio eletrônico, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do e-mail dlc@defensoria.go.def.br.

3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

3.6. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.

4.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

4.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

- 4.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 4.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 4.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 4.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 4.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
- 4.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.8. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.9. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas. A DPE-GO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 4.10. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123/ 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo terceiro da referida Lei.
- 4.11 A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5. DO APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 5.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.3. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.3.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 5.4. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 5.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.7. Quando do cadastramento da proposta, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:
- 5.7.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.7.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o item anterior.

5.8. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado o valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.9. As propostas, a serem cadastradas no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras, deverão ser elaboradas levando em consideração a Planilha Quantitativa e Preços Estimados do Anexo I – Termo de Referência.

5.10. A Proposta Comercial deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico, indicando o VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM DO LOTE**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. O ônus de comprovação de sua exequibilidade caberá, exclusivamente, à licitante.

5.11. A etapa do item anterior será encerrada com a abertura da sessão pública.

5.12. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.13. A licitante detentora da melhor Oferta, após a fase de lances, deverá enviar Proposta readequada, em até **3 (três) horas**, no sistema www.gov.br/compras (**Modelo de Proposta – ANEXO II**), devendo a mesma conter, obrigatoriamente, ainda:

- a) Nome da Empresa, CNPJ, endereço, fone, e-mail, nome do responsável para assinatura do contrato;
- b) Nº do pregão;
- c) **Valor Unitário e Valor Total (Modelo de Proposta – ANEXO II)**, onde deverão estar incluídas todas as despesas que influam nos custos, tais como: tributos, obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os demais custos diretos e indiretos. O valor apresentado deverá ser aquele resultante da fase de lances e/ou negociação com o Pregoeiro.
- d) O prazo de **validade da proposta** não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- e) Data e assinatura responsável.
- f) Os valores dos itens não poderão apresentar valor superior à média estimada.
- g) Apresentar a descrição detalhada das características dos equipamentos, bem como a marca dos mesmos

5.14. No julgamento das propostas, atendidas as condições prescritas neste Edital, será vencedora do certame, a proposta que apresentar o **Menor Preço por Lote**.

5.15. Os prazos de envio deverão ser respeitados, sob pena de desclassificação e inabilitação da empresa vencedora, e ainda o enquadramento nas sanções previstas na legislação vigente.

5.16. O preço ofertado deverá ser em Real (R\$).

5.17. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino, mão de obra para carga e descarga e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da vencedora.

5.18. Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos, bem como todos os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento das exigências do Edital e seus anexos. Entretanto, as empresas enquadradas no regime normal de tributação (empresas não optantes do simples), estabelecidas em Goiás, deverão registrar a proposta com preços desonerados do ICMS conforme disposições do Art. 6º, Inc. XCI do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás - RCTE, que concede isenção de ICMS nas operação e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas fundações e autarquias, ficando mantido o crédito, observado, dentre outras coisas, à transferência do valor correspondente ao ICMS ao adquirente mediante a redução do preço do bem, mercadoria e serviço, devendo a redução ser demonstrada no documento fiscal.

5.19. Para as empresas estabelecidas em Goiás, isentas do ICMS, as propostas comerciais, enviadas pelas empresas detentoras das melhores ofertas após a fase de lances, deverão conter, obrigatoriamente, além do preço normal de mercado dos produtos ou serviços ofertados (valor bruto), o preço resultante da isenção do ICMS conferida (valor líquido), que deverá ser o preço considerado como base de julgamento. O valor líquido será aquele registrado no Sistema, e será considerado como base para etapa de lances. O valor bruto (com ICMS) servirá apenas para efeito de análise do desconto concedido e para que as ordens de fornecimento possam apresentar os dois valores, facilitando a execução do contrato ou instrumento equivalente.

5.20. O Imposto de Renda (IR) quando devido, em razão do objeto, será retido de acordo com os valores recebidos devendo obrigatoriamente ser identificado pela empresa na nota fiscal, conforme orientação prevista na Portaria 261, de 18 de julho de 2023, da Secretaria de Estado da Economia e na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 da Receita Federal.

5.21. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.

5.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.23. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.24. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição dos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos. Se a documentação de habilitação não estiver conforme as exigências editalícias ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a Pregoeira considerará a licitante inabilitada.

- 5.25. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.26. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.27. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da apresentação da proposta. Após este período, será utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento.

6. DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 6.1. A partir do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.
- 6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.
- 6.4. Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.5. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- 6.6. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances de **R\$ 0,01 (um centavo)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.7. O valor acima se refere ao último lance do licitante e não ao valor da menor proposta verificado na disputa, ou seja, ainda que haja um lance menor, o sistema aceitará o lance do licitante, desde que dentro do limite do intervalo mínimo de diferença estabelecido.
- 6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.9. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
- 6.10. Eventual exclusão de proposta do licitante, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 6.11. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.12. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.13. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.14. A não desclassificação da proposta inicialmente, não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.15. A partir das **09:00 h do dia 24/06/2026**, a fase competitiva (lances) será aberta e terá duração de 10 (dez) minutos, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.17. Caso a licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.
- 6.18. O procedimento seguirá o modo de disputa aberto para o envio de lances.
- 6.19. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 6.20. Na hipótese de não haver novos lances, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances.
- 6.21. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.
- 6.22. Após o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.23. O sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 6.24. Não havendo novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 6.25. Após encerradas as operações referidas nos itens acima, o sistema ficará impedido de receber novos lances.
- 6.26. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.27. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela

Administração ou de sua desconexão.

6.28. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.29. A Defensoria Pública não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação dos documentos. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

6.30. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.31. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.32. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.33. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o item anterior.

7. DO JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

7.2. Desde que previsto no edital, o órgão ou entidade promotora da licitação poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência.

7.3. O edital de licitação deverá estabelecer prazo de, no mínimo, 03 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.

7.4. A prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

7.4.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

7.4.2. de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

7.5. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.6. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.7. O licitante que apresentar a melhor oferta poderá encaminhar documento(s) requerido(s) pelo pregoeiro para a complementação de informações relevantes à contratação.

7.8. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no edital.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

7.10. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.11. No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

7.12. O critério de julgamento é baseado no **Menor Preço por Lote**.

7.13. Considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, ofertar o menor preço, após a fase de lances e aplicação dos critérios de desempate da Lei Complementar nº 123/2006, e ainda, for devidamente habilitada após apreciação da documentação.

7.14. O resultado final será disponibilizado no site www.gov.br/compras e no site www.dpe.go.gov.br

7.15. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro deverá publicar novo aviso de pregão e estabelecer outra data, para o recebimento de novas propostas.

7.16. O valor final da proposta, após a negociação, não poderá ser superior ao valor máximo estabelecido para a contratação, que será a média da cesta de preços encontrada.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

8.3. Os documentos solicitados do licitante vencedor a serem exigidos para fins de habilitação serão:

8.4. REGULARIDADE JURÍDICA

8.4.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

8.4.2. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, incluindo a última alteração contratual, devidamente registrados na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, deverão ser acompanhadas dos documentos de eleição de seus administradores.

8.4.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

8.4.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada a certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.5. REGULARIDADE FISCAL

8.5.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

8.5.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.5.3. Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.

8.5.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal.

8.5.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

8.5.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás.

8.5.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

8.5.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.6. REGULARIDADE ECONOMICO-FINANCEIRA

8.6.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.6.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

8.6.2.1. Os documentos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.6.3. O Balanço Patrimonial, bem como as demonstrações contábeis e a DRE, também poderão ser disponibilizados via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão destes à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

8.6.4. A comprovação da boa situação financeira da empresa através de no mínimo um dos seguintes índices contábeis, o qual deverá ser maior ou igual a 1:

- **ILC:** Índice de Liquidez Corrente ou,

- **ILG:** Índice de Liquidez Geral ou,

- **GS:** Grau de Solvência

ILC =	$\frac{AC}{PC}$	=	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
ILG =	$\frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	=	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
GS =	$\frac{AT}{PC + PNC}$	=	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

8.6.5. A licitante vencedora deverá comprovar que possui capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

8.6.6. A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

8.6.7. É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

8.6.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

8.7 – DECLARAÇÃO

8.7.1. Apresentar Declarações informando que:

a) atende plenamente ao que dispõe o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de 18 anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não possui nenhum funcionário menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

b) não possui em seus quadros de empregados e em seu corpo acionário cônjuge, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de membros da Administração Superior da Defensoria Pública do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual;

c) é microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não estando incurso nas exclusões do § 4º do citado artigo;

d) inexistente fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

e) haverá a elaboração independente de proposta.

f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

8.8. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.8.1. SICAF.

8.8.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

8.8.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.8.4. Cadin Estadual GO.

8.9. O prazo para envio da proposta e documentação poderá ser prorrogado pelo pregoeiro, desde que informado no chat a todos os licitantes.

8.10. Os documentos extraídos via internet terão seus dados conferidos perante o site correspondente.

8.11. Microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 147/2014, que possuam alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.12. O tratamento favorecido previsto no item anterior somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal e trabalhista exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

8.13. O motivo da irregularidade fiscal e trabalhista pendente será registrado pelo Pregoeiro em ata, com a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

8.14. A verificação dos documentos de habilitação será aferida por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, ou em outras bases de dados mantidas pelo Poder Público, assegurado o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.15. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

8.16. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.17. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração,

sob pena de inabilitação.

8.18. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.19. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.20. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.21.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.21.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.22. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação. 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. A decisão do recurso será postada no site www.gov.br/compras.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

11.1. Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

11.4. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

11.4.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.6. Como condição para celebração do contrato e durante a vigência contratual, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12. DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO

12.1. A Contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratada, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É vedada a subcontratação para a execução dos serviços objeto desta contratação.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As SANÇÕES serão as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

15. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta das Dotações Orçamentárias: 2026.850.03.92.4200.4242.03 – Fonte 17530138.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Após a homologação da licitação será emitida Nota de Empenho a favor da Adjudicatária, que será convocada para assinatura do Contrato.

16.2. O pagamento será efetuado sob demanda, após a prestação do serviço e mediante Nota Fiscal ou Fatura.

16.3. A Contratada deverá protocolizar a nota fiscal até o quinto dia útil após a entrega do objeto licitado.

16.4. O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, após protocolização e aceitação pela DPE-GO da Nota Fiscal correspondente, devidamente atestada, pelo Gestor do Contrato.

16.5. A CONTRATADA deverá entregar ao GESTOR DO CONTRATO, servidor da Defensoria Pública do Estado de Goiás, os seguintes documentos:

16.5.1. Nota Fiscal relativa ao fornecimento do objeto, devidamente atestada pelo setor competente da Defensoria Pública;

16.5.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;

16.5.3. Certidão Negativa de Débitos inscritos em Dívida Ativa Estadual do domicílio ou sede do licitante;

16.5.4. Certidão Negativa de Débitos inscritos em Dívida Ativa da Fazenda Pública do Estado de Goiás;

16.5.5. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos e a Dívida Ativa da União;

16.5.6. Certificado de Regularidade do FGTS;

16.5.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16.6. O gestor do contrato será responsável pela fiscalização da execução do objeto da presente licitação, devendo validar o objeto fornecido pela licitante vencedora, conforme a Nota Fiscal, em até 5 dias úteis, contados da data em que a referida área realizar a recepção dos documentos de que trata o subitem anterior.

16.7. Tendo o gestor optado por atestar os objetos fornecidos como desconformes em relação ao especificado no Termo de Referência, a contratada deverá sanar os problemas apresentados primeiro e apresentar nova Nota Fiscal com as devidas correções.

16.8. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços ou correção monetária.

16.9. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aquele de filiais ou da matriz.

16.10. A critério da Defensoria Pública, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da licitante vencedora.

16.11. Ocorrendo atraso no pagamento em que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a CONTRATADA fará jus a compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$EM = N \times Vp \times (I / 365)$ onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

As OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE e da CONTRATADA constam no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

18. DA VEDAÇÃO

Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, consoante disposto no artigo 48, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O resultado do presente certame será divulgado no D.O.E. e nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras e www.dpe.go.def.br.

19.2. Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando houver disposição em contrário. Somente se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente regular e integral na Defensoria Pública do Estado de Goiás.

19.3. Os casos omissos do presente Pregão Eletrônico serão solucionados pela Pregoeira.

19.4. Fica assegurado a DPE-GO, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

19.5. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.6. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do processo pelo site www.gov.br/compras.

19.7. Caberá também à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

19.8. O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas e na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

19.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no sistema.

19.10. Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pela Pregoeira, no endereço deste preâmbulo, no horário de 08:00 às 12:00 ou de 13:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira, pelo telefone (62) 3157-1120 ou pelo e-mail dlc@defensoria.go.def.br.

19.11. Integram o presente Edital:

19.11.1. Anexo I – Termo de Referência

19.11.2. Anexo II - Modelo de Proposta

19.11.3. Anexo III – Minuta do Contrato

19.11.4. Anexo IV – Modelo de Declarações

19.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Goiânia, capital do Estado de Goiás.

GOIANIA, 10 de junho de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINE KELI MACHADO LOPES ROVAGNOL**, Agente de contratação, em 10/06/2026, às 09:19, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **91298066** e o código CRC **637A16DD**.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DPE-GO
ALAMEDA CORONEL JOAQUIM DE BASTOS 282 Qd.217 Lt.14, S/C - Bairro SETOR MARISTA - GOIANIA - GO - CEP
74175-150 - (62)3157-1120.



Referência: Processo nº 202510892003980



SEI 91298066



ESTADO DE GOIÁS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS - DPE-GO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "a" da Lei nº 14.133/21)

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de material de expediente, para atender às necessidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Goiás, segundo quantitativos e especificações descritos neste Termo de Referência.

1.2. Os dados quantitativos podem ser encontrados no Item 2.1. deste documento.

1.3. Vigência

1.3.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses.

2. Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "i" da Lei nº 14.133/21)

2.1. Estimativa e Especificações

LOTE 1							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	1	614213	Abraçadeira nylon 280x3,5mm (100 un.)	Pacote	20	R\$ 22,07	R\$ 441,40
1	2	316632	Alfinete para mapa (50 un.)	Caixa	120	R\$ 6,80	R\$ 816,00

1	3	394480	Almofada para carimbo nº 03 azul	Unidade	15	R\$ 9,90	R\$ 148,50
1	4	468205	Apontador metálico	Unidade	150	R\$ 2,84	R\$ 426,00
1	5	244441	Borracha macia com capa	Unidade	150	R\$ 2,73	R\$ 409,50
1	6	392276	Caneta azul (cx 50)	Caixa	50	R\$ 51,01	R\$ 2.550,50
1	7	285540	Caneta de mesa com corrente	Unidade	150	R\$ 23,41	R\$ 3.511,50
1	8	339197	Marca-texto amarelo (cx 12)	Caixa	80	R\$ 19,94	R\$ 1.595,20
1	9	335178	Marca-texto rosa (cx 12)	Caixa	20	R\$ 18,58	R\$ 371,60
1	10	328961	Marca-texto verde (cx 12)	Caixa	20	R\$ 19,36	R\$ 387,20
1	11	272501	Clips nº 2/0 (cx 100)	Caixa	350	R\$ 4,54	R\$ 1.589,00
1	12	272505	Clips nº 4/0 (cx 50)	Caixa	350	R\$ 4,97	R\$ 1.739,50
1	13	274804	Clips nº 6/0 (cx 50)	Caixa	100	R\$ 5,44	R\$ 544,00
1	14	354895	Cola instantânea 20g	Unidade	15	R\$ 11,43	R\$ 171,45
1	15	622132	Cola branca 90g	Unidade	100	R\$ 5,87	R\$ 587,00
1	16	405486	Extrator de grampos	Unidade	100	R\$ 4,55	R\$ 455,00
1	17	356367	Fita adesiva transparente 45mm	Unidade	350	R\$ 3,97	R\$ 1.389,50
1	18	350646	Fita crepe fina 19mm	Unidade	100	R\$ 7,61	R\$ 761,00
1	19	278973	Fita crepe larga 50mm	Unidade	200	R\$ 16,52	R\$ 3.304,00
1	20	432381	Giz de cera 12 cores	Caixa	50	R\$ 10,21	R\$ 510,50
1	21	284067	Identificador de chaves	Unidade	100	R\$ 3,32	R\$ 332,00
1	22	338468	Lápis de cor 12 cores	Caixa	50	R\$ 18,88	R\$ 944,00
1	23	392212	Lápis preto HB nº2	Unidade	300	R\$ 1,41	R\$ 423,00
1	24	602172	Liga elástica (pct 100g)	Pacote	30	R\$ 7,46	R\$ 223,80
1	25	233845	Pincel quadro branco azul	Unidade	30	R\$ 9,65	R\$ 289,50
1	26	233847	Pincel quadro branco preto	Unidade	30	R\$ 7,93	R\$ 237,90
1	27	233848	Pincel quadro branco vermelho	Unidade	30	R\$ 6,67	R\$ 200,10

1	28	267351	Pincel atômico azul	Unidade	30	R\$ 5,55	R\$ 166,50
1	29	283400	Pincel atômico vermelho	Unidade	30	R\$ 5,38	R\$ 161,40
1	30	313577	Régua acrílica 30 cm	Unidade	100	R\$ 9,54	R\$ 954,00
1	31	245461	Umedecedor de dedos	Unidade	25	R\$ 5,16	R\$ 129,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 25.769,55	
LOTE 02							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
2	32	464924	Capa para encadernação A4	Unidade	200	R\$ 0,80	R\$ 160,00
2	33	360241	Contra-capa preta A4	Unidade	200	R\$ 0,74	R\$ 148,00
2	34	380834	Espiral 200 fls – 29mm	Unidade	50	R\$ 7,99	R\$ 399,50
2	35	260197	Espiral 250 fls – 33mm	Unidade	150	R\$ 8,23	R\$ 1.234,50
2	36	327452	Etiqueta 50,8×101,6mm (100 fls)	Pacote	10	R\$ 96,38	R\$ 963,80
2	37	315365	Etiqueta 33,9×101,6mm (100 fls)	Pacote	15	R\$ 62,51	R\$ 937,65
2	38	324442	Etiqueta 31×63,5mm (100 fls)	Pacote	15	R\$ 59,90	R\$ 898,50
2	39	381276	Saco plástico catálogo – ofício	Unidade	500	R\$ 0,49	R\$ 245,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 4.986,95	
LOTE 03							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
3	40	486005	Envelope pardo pequeno	Unidade	500	R\$ 1,14	R\$ 570,00
3	41	461645	Envelope pardo médio	Unidade	500	R\$ 0,52	R\$ 260,00
3	42	459343	Envelope pardo A4	Unidade	7400	R\$ 0,60	R\$ 4.440,00
3	43	610419	Envelope pardo A3	Unidade	250	R\$ 1,42	R\$ 355,00
3	44	435053	Cordão de algodão cru nº 8	Rolo	15	R\$ 11,48	R\$ 172,20
3	45	394720	Fita dupla face 12mm	Unidade	30	R\$ 18,19	R\$ 545,70
3	46	355108	Fita VHB dupla face	Unidade	30	R\$ 58,74	R\$ 1.762,20

3	47	481049	Fita zebra isolamento	Unidade	15	R\$ 19,37	R\$ 290,55
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 8.395,65	
LOTE 04							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
4	48	615509	Display acrílico A4	Unidade	200	R\$ 17,88	R\$ 3.576,00
4	49	615510	Display acrílico A3	Unidade	20	R\$ 53,44	R\$ 1.068,80
4	50	414366	Bobina térmica 80×30 (1 via)	Rolo	300	R\$ 5,20	R\$ 1.560,00
4	51	424371	Livro Ata 50 folhas	Unidade	60	R\$ 13,16	R\$ 789,60
4	52	413335	Prancheta madeira	Unidade	100	R\$ 14,24	R\$ 1.424,00
4	53	376266	Tesoura inox 21 cm	Unidade	70	R\$ 16,80	R\$ 1.176,00
4	54	343000	Organizador 3 bandejas	Unidade	70	R\$ 60,76	R\$ 4.253,20
4	55	313785	Porta lápis/clips	Unidade	100	R\$ 12,81	R\$ 1.281,00
4	56	288921	Grampeador 30 folhas	Unidade	100	R\$ 30,92	R\$ 3.092,00
4	57	253939	Grampo 26/6 (cx 5.000 un.)	Caixa	100	R\$ 5,83	R\$ 583,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 18.803,60	
LOTE 05							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
5	58	341070	BATERIA DE BOTÃO 3V FX-CR2032.	UNIDADE(S)	50	R\$ 3,35	R\$ 167,50
5	59	435132	BATERIA ALCALINA 9V.	UNIDADE(S)	30	R\$ 15,68	R\$ 470,40
5	60	419859	PILHA ALCALINA 1,5V, MODELO: AA, (EMBALAGEM COM 02 (DUAS) UNIDADES)	PAR(ES)	300	R\$ 12,10	R\$ 3.630,00

5	61	419860	PILHA ALCALINA 1,5V, MODELO: AAA, (EMBALAGEM COM 02 (DUAS) UNIDADES).	PAR(ES)	450	R\$ 11,95	R\$ 5.377,50
5	62	410947	PILHA ALCALINA A23 12V.	UNIDADE(S)	30	R\$ 11,37	R\$ 341,10
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 9.986,50	
LOTE 06							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
6	63	468082	CAIXA PARA ARQUIVO DE DOCUMENTO, EM PLÁSTICO (ARQUIVO MORTO), NAS CORES VARIADAS MEDIDA APROXIMADA: 135 X 250 X 360MM.	UNIDADE(S)	50	R\$ 10,29	R\$ 514,50
6	64	410282	CAIXA PLÁSTICA PARA USO GERAL – COM TAMPA, MATERIAL EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE APROXIMADA DE 25 LITROS APROXIMADAMENTE.	UNIDADE(S)	10	R\$ 71,41	R\$ 714,10
6	65	316184	CAIXA PLÁSTICA PARA USO GERAL – COM TAMPA, MATERIAL EM POLIPROPILENO; CAPACIDADE APROXIMADA DE 70 LITROS APROXIMADAMENTE.	UNIDADE(S)	20	R\$ 79,38	R\$ 1.587,60
6	66	615471	CAIXA PLÁSTICA VAZADA ORGANIZADORA - COR PRETA, EM POLIETILENO, VAZADA, CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 50 LITROS; DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA: 31 CM LARGURA: 36 CM COMPRIMENTO: 55 CM. (PARA ARMAZENAR E TRANSPORTAR MATERIAIS, AJUDANDO A MANTER A ORDEM E TRANSPORTE SEGURO).	UNIDADE(S)	20	R\$ 72,31	R\$ 1.446,20
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 4.262,40	
LOTE 07							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
7	67	357042	CARTÕES PVC BRANCO DE ESPESSURA 0,76MM TAMANHO 54X86MM PARA IMPRESSÃO DE CRACHÁ FUNCIONAL (VERTICAL).	UNIDADE(S)	2000	R\$ 2,96	R\$ 5.920,00
7	68	611837	CORDÃO PARA CRACHÁ - PERSONALIZADO, 100% POLIÉSTER, LARGURA: 12 MM, TAMANHO PADRÃO: 85 CM; COR: VERDE, COM PRENDEDOR PARA FIXAÇÃO “TIPO JACARÉ” COM ALÇA PLÁSTICA TRANSPARENTE.	UNIDADE(S)	700	R\$ 10,45	R\$ 7.315,00

7	69	480297	FITA RIBBON COLORIDA YMCKO COM DURABILIDADE DE 250 IMPRESSÕES, PART NUMBER 45000 FARGO (DTC1250e).	UNIDADE(S)	10	R\$ 826,61	R\$ 8.266,10
7	70	419177	PORTA CRACHÁ VERTICAL RÍGIDO - TRANSPARENTE, PLÁSTICO RÍGIDO (PVC). MEDIDA INTERNA: 54MM (LARGURA) X 86MM (COMPRIMENTO). MEDIDA EXTERNA: 54,5MM (LARGURA) X 87MM (COMPRIMENTO).	UNIDADE(S)	700	R\$ 2,87	R\$ 2.009,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 23.510,10	
LOTE 08							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
8	71	390586	PAPEL COLOR SET (CARMEM) NA COR VERDE BANDEIRA, MEDIDAS 48X66CM.	UNIDADE(S)	300	R\$ 1,59	R\$ 477,00
8	72	486141	PAPEL CONTACT - TRANSPARENTE, PLÁSTICO ADESIVO, ROLO COM 25 METROS APROXIMADAMENTE.	ROLO(S)	4	R\$ 122,94	R\$ 491,76
8	73	461772	PAPEL COUCHÊ BRILHO A3, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30	R\$ 47,99	R\$ 1.439,70
8	74	461766	PAPEL COUCHÊ BRILHO A4, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	50	R\$ 27,78	R\$ 1.389,00
8	75	461772	PAPEL COUCHÊ FOSCO A3, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30	R\$ 40,09	R\$ 1.202,70
8	76	461771	PAPEL COUCHÊ FOSCO A4, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	50	R\$ 32,23	R\$ 1.611,50
8	77	609319	PAPEL METÁLICO ASPEN A4, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30	R\$ 118,66	R\$ 3.559,80
8	78	461772	PAPEL VERGÊ A-3, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30	R\$ 71,94	R\$ 2.158,20
8	79	622712	PAPEL VERGÊ A-4, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	50	R\$ 31,60	R\$ 1.580,00
8	80	200399	PAPEL OPALINE, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30	R\$ 34,21	R\$ 1.026,30
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 14.935,96	
LOTE 09							

LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
9	81	483447	PASTA COM ABA E ELÁSTICO FINA OFÍCIO - PASTA EM POLIPROPILENO, COM ABA ELÁSTICA, TAMANHO OFÍCIO, COR CRISTAL.	UNIDADE(S)	100	R\$ 6,43	R\$ 643,00
9	82	312698	PASTA COM ELÁSTICO TRANSPARENTE 20MM - PASTA EM POLIPROPILENO, COM ABA ELÁSTICA, FORMATO 183MM X 245MM, TAMANHO OFÍCIO, COR CRISTAL.	UNIDADE(S)	100	R\$ 6,14	R\$ 614,00
9	83	381013	PASTA COM ELÁSTICO TRANSPARENTE 50MM - PASTA EM POLIPROPILENO, COM ABA ELÁSTICA, FORMATO 332MM X 232MM, TAMANHO OFÍCIO, COR CRISTAL.	UNIDADE(S)	70	R\$ 7,52	R\$ 526,40
9	84	398483	PASTA PARA ARQUIVO TIPO SUSPENSA - COM CORPO EM CARTÃO MARMORIZADO REVESTIDO EM FILME (PLASTIFICADA), COM 2 SUORTES DE ARAME E 4 GANCHOS DE PLÁSTICO, COM VISOR, ETIQUETA E GRAMPO PLÁSTICO. MEDIDAS APROXIMADAS: 240X361MM. GRAMATURA MÍNIMA: 300G/M2, COR CASTANHA.	UNIDADE(S)	70	R\$ 4,51	R\$ 315,70
9	85	625646	PASTA TIPO: A-Z, MATERIAL CARTÃO PRENSADO PLASTIFICADO, LOMBADA FINA (MEDIDA APROXIMADA: 60 MM), COR PRETA, RENDEADOR INTERNO FERRAGEM REMOVÍVEL COM 2 FUROS, BOLSA PLÁSTICA TRANSPARENTE, MEDIDAS APROXIMADAS: 240X340MM.	UNIDADE(S)	50	R\$ 21,36	R\$ 1.068,00
9	86	260573	PASTA TIPO: A-Z, MATERIAL CARTÃO PRENSADO PLASTIFICADO, LOMBADA LARGA (MEDIDA APROXIMADA: 80 MM), COR PRETA, RENDEADOR INTERNO FERRAGEM REMOVÍVEL COM 2 FUROS, BOLSA PLÁSTICA TRANSPARENTE, MEDIDAS APROXIMADAS: 240X340MM.	UNIDADE(S)	50	R\$ 14,17	R\$ 708,50
9	87	396495	PASTA TIPO: L, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO L, LARGURA 210, ALTURA 297, COR INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM VISOR, TAMANHO OFÍCIO, MEDIDAS APROXIMADAS: 23X33,5 CM, (EMBALAGEM COM 10 UNIDADES).	PACOTE(S)	100	R\$ 3,90	R\$ 390,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 4.265,60	
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 114.916,31

2.2. Detalhamento valor:

2.2.1. O valor total estimado para esta contratação para 12 (doze) meses será de **R\$ 114.916,31 (cento e quatorze mil novecentos e dezesseis reais e trinta e um centavos)**.

3. Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "b" da Lei nº 14.133/21).

3.1. Justificativa da contratação

3.1.1. A contratação de empresa especializada para o fornecimento de material de expediente justifica-se pela necessidade de assegurar o abastecimento regular do almoxarifado institucional, de forma a garantir a continuidade e a eficiência das atividades administrativas e finalísticas da Defensoria Pública do Estado de Goiás. A medida visa atender às demandas das diversas unidades administrativas e operacionais da instituição, inclusive aquelas oriundas de ações itinerantes e eventos institucionais.

3.1.2. A definição das quantidades estimadas a serem adquiridas fundamenta-se no levantamento realizado por meio do Ofício nº 1688/2025/DPE-GO (SEI nº 73290510), que adotou como metodologia a análise da relação consumo x estoque, projetada para o período de 12 (doze) meses. Para tanto, foram consideradas variáveis relevantes, tais como:

3.1.2.1. O expressivo aumento no número de servidores da instituição;

3.1.2.2. A implantação de projeto de expansão institucional, com destaque para a instalação da nova unidade em Trindade, por meio de chamada pública;

3.1.2.3. O crescimento do número de eventos, palestras e reuniões institucionais;

3.1.2.4. A necessidade de formação de reserva técnica, em razão do aumento progressivo da demanda.

3.2. Justificativa da quantidade

3.2.1. As quantidades solicitadas para cada item foram definidas a partir de critérios técnicos objetivos, em consonância com o disposto no art. 18, §1º, incisos I, IV e VII, da Lei nº 14.133/2021, e encontram respaldo nas informações consolidadas no Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto à análise da demanda real, do consumo histórico e da previsão de utilização futura.

3.2.2. Para tanto, procedeu-se à comparação entre as quantidades adquiridas no último processo de aquisição e os registros de saída e consumo controlados pelo Almoxarifado, os quais evidenciam ajustes necessários em razão de variações de demanda, mudanças operacionais, otimização do estoque e evitação de aquisições excessivas ou insuficientes.

3.2.3. As situações de inclusão de itens decorrem da identificação de necessidades não contempladas em contratações anteriores, seja por surgimento de novas demandas administrativas, seja por readequação dos fluxos internos de trabalho. Já os casos de acréscimo quantitativo fundamentam-se em histórico de consumo superior ao inicialmente estimado no último certame, devidamente comprovado pelos controles de saída do Almoxarifado. Por sua vez, as

reduções refletem a constatação de estoque remanescente, baixa rotatividade ou superdimensionamento anterior, visando à racionalização dos recursos públicos e à prevenção de desperdícios.

3.2.4. Ressalta-se que o Almoxarifado mantém controle sistemático dos processos anteriores, incluindo registros de entrada, saída e saldo de materiais, o que possibilitou a calibração precisa das quantidades ora solicitadas, assegurando aderência à real necessidade da Administração. Assim, as quantidades estimadas buscam equilíbrio entre abastecimento adequado e economicidade, evitando tanto a interrupção das atividades administrativas quanto a formação de estoques ociosos.

3.2.5. Dessa forma, a definição quantitativa apresentada mostra-se tecnicamente justificada, proporcional e compatível com o consumo histórico, atendendo aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, bem como às boas práticas de gestão de materiais recomendadas pelos órgãos de controle.

3.3. Justificativa por lote:

3.3.1. A segmentação do objeto em nove lotes distintos encontra respaldo no art. 40, inciso I, combinado com o art. 18, §1º, inciso VIII, ambos da Lei nº 14.133/2021, bem como nas orientações consolidadas do Tribunal de Contas da União, no sentido de que a divisão do objeto deve observar critérios técnicos, mercadológicos e funcionais, de modo a ampliar a competitividade, assegurar a isonomia entre os licitantes e evitar restrições indevidas ao certame.

3.3.2. A nova configuração proposta supera a divisão anteriormente adotada em 6 (seis) lotes no Estudo Técnico Preliminar, pois reflete de forma mais fidedigna a organização do mercado fornecedor, que se apresenta segmentado por tipologia de produto, cadeia logística, grau de especialização técnica e perfil empresarial, especialmente no que se refere à participação de micro e pequenas empresas.

3.3.3. Além do mais, a divisão do objeto em 9 (nove) lotes revela-se tecnicamente adequada, juridicamente segura e economicamente vantajosa, na medida em que amplia a competitividade, favorece a participação de micro e pequenas empresas, respeita a especialização do mercado fornecedor, reduz riscos na execução contratual e facilita a gestão e a fiscalização dos contratos, atendendo, assim, de forma plena, aos princípios da isonomia, do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público, em consonância com as boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle e com a lógica funcional dos bens a serem adquiridos.

4. Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "c" da Lei nº 14.133/21)

4.1. A solução proposta visa atender de forma contínua, eficiente e padronizada às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Goiás, por meio da contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de expediente. Trata-se de uma solução de baixa complexidade técnica e de aquisição recorrente, cuja implementação permitirá o atendimento regular de todas as unidades administrativas e operacionais da instituição, inclusive aquelas vinculadas a ações itinerantes e eventos institucionais.

4.2. Ao considerar o ciclo de vida do objeto, compreende-se que a solução abrange desde a seleção criteriosa dos fornecedores, o planejamento de entregas de forma periódica, até o consumo final dos itens pelas unidades da DPE-GO, observando-se princípios como a eficiência, a economicidade e a vantajosidade da contratação. Ressalte-se que, por se tratar de bens comuns padronizados de prateleira, não há necessidade de suporte técnico contínuo, capacitação específica ou descarte especializado, o que simplifica a gestão contratual ao longo de sua vigência.

5. Requisitos da contratação (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "d" da Lei nº 14.133/21)

5.1. Natureza da contratação

5.1.1. Trata-se de fornecimento de bens de natureza não continuada.

5.1.2. O objeto a ser contratado é comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da lei 14.133/2021.

5.1.3. Tendo em vista a necessidade de fornecimento dos bens, a entrega será conforme demanda.

5.2. Padrões mínimos de qualidade

5.2.1. Todos os itens solicitados deverão ser de primeira qualidade, entregues de forma adequada, em perfeito estado, protegido contra danos de transporte ou manuseio e fornecidos de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

5.3. Critérios de sustentabilidade

5.3.1. A CONTRATADA deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do decreto 7.746/2012.

5.4. Subcontratação

5.4.1. Não será permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

6. Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "e" da Lei nº 14.133/21)

6.1. Do local de entrega dos objetos

6.1.1. Os itens deverão ser entregues ao Departamento de Patrimônio e Almoxarifado da Defensoria Pública do Estado de Goiás, em dia útil, de expediente normal, entre 8 e 12 horas ou entre 14 e 18 horas, no endereço da Unidade Marista, Al. Cel. Joaquim de Bastos, 248, Qd. 217, Lt. 18, Setor Marista, Goiânia-GO, CEP: 74175-150.

6.1.2. Será de obrigação da CONTRATADA a responsabilidade com o transporte e entrega dos produtos objeto deste Instrumento, não podendo cobrar, para tanto, nenhum valor adicional quanto a toda mão de obra, insumos e afins que se fizerem necessários.

6.2. Do prazo de entrega dos objetos

6.2.1. As entregas deverão ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço ou outro instrumento similar, sem qualquer custo adicional de frete, transporte, mão de obra ou qualquer outro encargo, em dia útil, de expediente normal, entre 8 e 12 horas ou entre 14 e 18 horas.

6.3. Do fornecimento em geral

6.3.1. Os itens solicitados deverão ser entregues em embalagem adequada, lacrada, em perfeito estado, protegido contra danos de transporte ou manuseio e fornecidos de acordo com as especificações constantes neste Termo.

6.3.2. A empresa contratada deverá prestar o serviço objeto deste Termo fornecendo toda a mão de obra, insumos e afins que se fizerem necessários para a regular prestação do serviço, não podendo cobrar, para tanto, nenhum valor adicional àquele constante na proposta de preços.

6.3.3. Caso algum produto não corresponda à quantidade solicitada e/ou à qualidade exigida, será recusado e deverá ser entregue ou substituído dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da notificação encaminhada pela Defensoria Pública à empresa contratante.

7. Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

7.1. Obrigações da contratada

7.1.1. Indicar o representante da CONTRATADA, com experiência necessária para ser interlocutor durante o transcorrer do processo.

7.1.2. A CONTRATADA se responsabilizará perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de produtos fora do prazo, inadequado para o consumo ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

7.1.3. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela CONTRATANTE, conforme endereço listado no item 6.1.1 deste Termo, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando as indicações da marca, fabricante, procedência e validade.

7.1.4. Responsabilizar-se pelos danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.1.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, o produto com avarias, vencidos ou com defeitos.

7.1.6. Atender prontamente a quaisquer exigências do Gestor, inerentes ao objeto da presente licitação, inclusive sobre as alterações da localidade de entrega.

7.1.7. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a datada entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.1.8. Manter, durante toda a execução da entrega dos itens, em compatibilidade com as obrigações assumidas, obedecendo as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

7.1.10. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do fornecimento dos itens.

7.2. Obrigações da contratante

7.2.1. Indicar o Gestor, com experiência necessária para realizar agendamento, recebimento e guarda dos objetos, disponibilizando local, data e horário para a recepção dos itens.

7.2.1.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, de acordo com este termo de referência.

7.2.1.2. Verificar a conformidade dos itens provisoriamente recebidos, com as especificações constantes desse termo de referência.

7.2.1.3. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

7.3. Fiscalização e controle do fornecimento

7.3.1. O fornecimento dos bens deverá ser acompanhado e fiscalizado por 1 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos.

7.4. Sanções e Infrações administrativas

7.4.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.4.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

d) Multa:

(1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

7.4.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º).

7.4.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

7.4.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

7.4.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

7.4.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.4.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.4.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

7.4.12. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

7.4.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8. Critérios de medição e de pagamento (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "g" da Lei nº 14.133/21)

8.1. Pagamento

8.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor da aquisição Nota Fiscal/Fatura correspondente ao fornecimento realizado, na sede administrativa responsável pelo acompanhamento e gestão do contrato para atesto.

8.1.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após protocolização da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo gestor designado pela Defensoria Pública.

8.1.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "h" da Lei nº 14.133/21)

9.1. Trata-se de item comum, de caráter não continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

10. Adequação orçamentária (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "j" da Lei nº 14.133/21)

10.1. A despesa decorrente deste termo ocorrerão na seguinte dotação orçamentária 850.03.92.4200.4242.03.17530138.90.

11. Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

Goiânia, 16 de abril de 2026.

Danilo Moura Souza

Assessor do Departamento de Compras

Vinicius Alexandre da Silva Machado

Chefe do Departamento de Compras

Felipe Magalhães Crosara

Chefe do Departamento de Patrimônio e Almoxarifado



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS ALEXANDRE DA SILVA MACHADO, Chefe de Departamento**, em 16/04/2026, às 14:29, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **DANILO MOURA SOUZA, Assessor (a)**, em 16/04/2026, às 14:32, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE MAGALHAES CROSARA, Chefe de Departamento**, em 16/04/2026, às 14:52, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **89146848** e o código CRC **9FC66350**.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS - DPE-GO
ALAMEDA CORONEL JOAQUIM DE BASTOS 282, 4º ANDAR - Bairro SETOR MARISTA - GOIANIA - GO - CEP 74175-150 - (62)3157-1121.



Referência: Processo nº 202510892003980



SEI 89146848

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Nome da empresa:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Banco:

Agência:

Conta corrente nº:

Nome do responsável legal para assinatura do contrato:

CPF do responsável legal:

LOTE 1							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	614213	Abraçadeira nylon 280x3,5mm (100 un.)	Pacote	20		
1	2	316632	Alfinete para mapa (50 un.)	Caixa	120		
1	3	394480	Almofada para carimbo nº 03 azul	Unidade	15		
1	4	468205	Apontador metálico	Unidade	150		
1	5	244441	Borracha macia com capa	Unidade	150		
1	6	392276	Caneta azul (cx 50)	Caixa	50		
1	7	285540	Caneta de mesa com corrente	Unidade	150		
1	8	339197	Marca-texto amarelo (cx 12)	Caixa	80		
1	9	335178	Marca-texto rosa (cx 12)	Caixa	20		
1	10	328961	Marca-texto verde (cx 12)	Caixa	20		
1	11	272501	Clips nº 2/0 (cx 100)	Caixa	350		
1	12	272505	Clips nº 4/0 (cx 50)	Caixa	350		
1	13	274804	Clips nº 6/0 (cx 50)	Caixa	100		
1	14	354895	Cola instantânea 20g	Unidade	15		
1	15	622132	Cola branca 90g	Unidade	100		
1	16	405486	Extrator de grampos	Unidade	100		
1	17	356367	Fita adesiva transparente 45mm	Unidade	350		
1	18	350646	Fita crepe fina 19mm	Unidade	100		
1	19	278973	Fita crepe larga 50mm	Unidade	200		
1	20	432381	Giz de cera 12 cores	Caixa	50		
1	21	284067	Identificador de chaves	Unidade	100		
1	22	338468	Lápis de cor 12 cores	Caixa	50		
1	23	392212	Lápis preto HB nº2	Unidade	300		
1	24	602172	Liga elástica (pct 100g)	Pacote	30		
1	25	233845	Pincel quadro branco azul	Unidade	30		
1	26	233847	Pincel quadro branco preto	Unidade	30		
1	27	233848	Pincel quadro branco vermelho	Unidade	30		
1	28	267351	Pincel atômico azul	Unidade	30		
1	29	283400	Pincel atômico vermelho	Unidade	30		
1	30	313577	Régua acrílica 30 cm	Unidade	100		
1	31	245461	Umedecedor de dedos	Unidade	25		
VALOR TOTAL							
LOTE 02							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	32	464924	Capa para encadernação A4	Unidade	200		
2	33	360241	Contra-capas pretas A4	Unidade	200		
2	34	380834	Espiral 200 fls – 29mm	Unidade	50		
2	35	260197	Espiral 250 fls – 33mm	Unidade	150		
2	36	327452	Etiqueta 50,8×101,6mm (100 fls)	Pacote	10		
2	37	315365	Etiqueta 33,9×101,6mm (100 fls)	Pacote	15		
2	38	324442	Etiqueta 31×63,5mm (100 fls)	Pacote	15		
2	39	381276	Saco plástico catálogo – ofício	Unidade	500		

VALOR TOTAL							
LOTE 03							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
3	40	486005	Envelope pardo pequeno	Unidade	500		
3	41	461645	Envelope pardo médio	Unidade	500		
3	42	459343	Envelope pardo A4	Unidade	7400		
3	43	610419	Envelope pardo A3	Unidade	250		
3	44	435053	Cordão de algodão cru nº 8	Rolo	15		
3	45	394720	Fita dupla face 12mm	Unidade	30		
3	46	355108	Fita VHB dupla face	Unidade	30		
3	47	481049	Fita zebreada isolamento	Unidade	15		
VALOR TOTAL							
LOTE 04							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
4	48	615509	Display acrílico A4	Unidade	200		
4	49	615510	Display acrílico A3	Unidade	20		
4	50	414366	Bobina térmica 80x30 (1 via)	Rolo	300		
4	51	424371	Livro Ata 50 folhas	Unidade	60		
4	52	413335	Prancheta madeira	Unidade	100		
4	53	376266	Tesoura inox 21 cm	Unidade	70		
4	54	343000	Organizador 3 bandejas	Unidade	70		
4	55	313785	Porta lápis/clips	Unidade	100		
4	56	288921	Grampeador 30 folhas	Unidade	100		
4	57	253939	Grampo 26/6 (cx 5.000 un.)	Caixa	100		
VALOR TOTAL							
LOTE 05							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
5	58	341070	BATERIA DE BOTÃO 3V FX-CR2032.	UNIDADE(S)	50		
5	59	435132	BATERIA ALCALINA 9V.	UNIDADE(S)	30		
5	60	419859	PILHA ALCALINA 1,5V, MODELO: AA, (EMBALAGEM COM 02 (DUAS) UNIDADES)	PAR(ES)	300		
5	61	419860	PILHA ALCALINA 1,5V, MODELO: AAA, (EMBALAGEM COM 02 (DUAS) UNIDADES).	PAR(ES)	450		
5	62	410947	PILHA ALCALINA A23 12V.	UNIDADE(S)	30		
VALOR TOTAL							
LOTE 06							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	63	468082	CAIXA PARA ARQUIVO DE DOCUMENTO, EM PLÁSTICO (ARQUIVO MORTO), NAS CORES VARIADAS MEDIDA APROXIMADA: 135 X 250 X 360MM.	UNIDADE(S)	50		
6	64	410282	CAIXA PLÁSTICA PARA USO GERAL – COM TAMPA, MATERIAL EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE APROXIMADA DE 25 LITROS APROXIMADAMENTE.	UNIDADE(S)	10		
6	65	316184	CAIXA PLÁSTICA PARA USO GERAL – COM TAMPA, MATERIAL EM POLIPROPILENO; CAPACIDADE APROXIMADA DE 70 LITROS APROXIMADAMENTE.	UNIDADE(S)	20		
6	66	615471	CAIXA PLÁSTICA VAZADA ORGANIZADORA - COR PRETA, EM POLIETILENO, VAZADA, CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 50 LITROS; DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA: 31 CM LARGURA: 36 CM COMPRIMENTO: 55 CM. (PARA ARMAZENAR E TRANSPORTAR MATERIAIS, AJUDANDO A MANTER A ORDEM E TRANSPORTE SEGURO).	UNIDADE(S)	20		
VALOR TOTAL							
LOTE 07							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	67	357042	CARTÕES PVC BRANCO DE ESPESSURA 0,76MM TAMANHO 54X86MM PARA IMPRESSÃO DE CRACHÁ FUNCIONAL (VERTICAL).	UNIDADE(S)	2000		

7	68	611837	CORDÃO PARA CRACHÁ - PERSONALIZADO, 100% POLIÉSTER, LARGURA: 12 MM, TAMANHO PADRÃO: 85 CM; COR: VERDE, COM PRENDEDOR PARA FIXAÇÃO "TIPO JACARÉ" COM ALÇA PLÁSTICA TRANSPARENTE.	UNIDADE(S)	700		
7	69	480297	FITA RIBBON COLORIDA YMCKO COM DURABILIDADE DE 250 IMPRESSÕES, PART NUMBER 45000 FARGO (DTC1250e).	UNIDADE(S)	10		
7	70	419177	PORTA CRACHÁ VERTICAL RÍGIDO - TRANSPARENTE, PLÁSTICO RÍGIDO (PVC). MEDIDA INTERNA: 54MM (LARGURA) X 86MM (COMPRIMENTO). MEDIDA EXTERNA: 54,5MM (LARGURA) X 87MM (COMPRIMENTO).	UNIDADE(S)	700		
VALOR TOTAL							
LOTE 08							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	71	390586	PAPEL COLOR SET (CARMEM) NA COR VERDE BANDEIRA, MEDIDAS 48X66CM.	UNIDADE(S)	300		
8	72	486141	PAPEL CONTACT - TRANSPARENTE, PLÁSTICO ADESIVO, ROLO COM 25 METROS APROXIMADAMENTE.	ROLO(S)	4		
8	73	461772	PAPEL COUCHÊ BRILHO A3, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30		
8	74	461766	PAPEL COUCHÊ BRILHO A4, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	50		
8	75	461772	PAPEL COUCHÊ FOSCO A3, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30		
8	76	461771	PAPEL COUCHÊ FOSCO A4, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	50		
8	77	609319	PAPEL METÁLICO ASPEN A4, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30		
8	78	461772	PAPEL VERGÊ A-3, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30		
8	79	622712	PAPEL VERGÊ A-4, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	50		
8	80	200399	PAPEL OPALINE, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30		
VALOR TOTAL							
LOTE 09							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	81	483447	PASTA COM ABA E ELÁSTICO FINA OFÍCIO - PASTA EM POLIPROPILENO, COM ABA ELÁSTICA, TAMANHO OFÍCIO, COR CRISTAL.	UNIDADE(S)	100		
9	82	312698	PASTA COM ELÁSTICO TRANSPARENTE 20MM - PASTA EM POLIPROPILENO, COM ABA ELÁSTICA, FORMATO 183MM X 245MM, TAMANHO OFÍCIO, COR CRISTAL.	UNIDADE(S)	100		
9	83	381013	PASTA COM ELÁSTICO TRANSPARENTE 50MM - PASTA EM POLIPROPILENO, COM ABA ELÁSTICA, FORMATO 332MM X 232MM, TAMANHO OFÍCIO, COR CRISTAL.	UNIDADE(S)	70		
9	84	398483	PASTA PARA ARQUIVO TIPO SUSPENSA - COM CORPO EM CARTÃO MARMORIZADO REVESTIDO EM FILME (PLASTIFICADA), COM 2 SUPORTES DE ARAME E 4 GANCHOS DE PLÁSTICO, COM VISOR, ETIQUETA E GRAMPO PLÁSTICO. MEDIDAS APROXIMADAS: 240X361MM. GRAMATURA MÍNIMA: 300G/M2, COR CASTANHA.	UNIDADE(S)	70		
9	85	625646	PASTA TIPO: A-Z, MATERIAL CARTÃO PRENSADO PLASTIFICADO, LOMBADA FINA (MEDIDA APROXIMADA: 60 MM), COR PRETA, RENDEDOR INTERNO FERRAGEM REMOVÍVEL COM 2 FUROS, BOLSA PLÁSTICA TRANSPARENTE, MEDIDAS APROXIMADAS: 240X340MM.	UNIDADE(S)	50		
9	86	260573	PASTA TIPO: A-Z, MATERIAL CARTÃO PRENSADO PLASTIFICADO, LOMBADA LARGA (MEDIDA APROXIMADA: 80 MM), COR PRETA, RENDEDOR INTERNO FERRAGEM REMOVÍVEL COM 2 FUROS, BOLSA PLÁSTICA TRANSPARENTE, MEDIDAS APROXIMADAS: 240X340MM.	UNIDADE(S)	50		
9	87	396495	PASTA TIPO: L, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO L, LARGURA 210, ALTURA 297, COR INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM VISOR,	PACOTE(S)	100		

			TAMANHO OFICIO, MEDIDAS APROXIMADAS: 23X33,5 CM, (EMBALAGEM COM 10 UNIDADES).				
VALOR TOTAL							

1. O valor total da contratação é de R\$0,00 (xxxxxx).
2. O licitante deverá atender a todas as especificações descritas no Termo de Referência – Anexo I do Edital, sob pena de desclassificação.
3. Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica a plena aceitação das condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos.

(LOCAL E DATA)

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL COM NOME COMPLETO)

(NOME DA EMPRESA)

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2026

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE
GOIÁS E A EMPRESA _____.**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, no exercício de sua autonomia administrativa (art. 134, §2º da CRFB/88, e art. 120, §3º da Constituição Estadual), inscrita no CNPJ sob o nº 13.635.973/0001-49, com sede à Alameda Coronel Joaquim de Bastos, nº 282, Quadra 217, Lote 19, Setor Marista, CEP 74.175--150, Goiânia-GO, ora representada pelo seu Defensor Público-Geral, **Dr. TIAGO GREGÓRIO FERNANDES**, nomeado por Decreto, publicado no Suplemento do Diário Oficial do Estado de Goiás nº 24.411 do dia 11/11/2024, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.982.621-XX, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, Goiânia-GO, neste ato representada por _____, inscrito no CPF sob o nº XXX.000.000-XX doravante denominada **CONTRATADA**, conforme consta do Processo nº **202510892003980**, resolvem firmar o presente contrato para a contratação de empresa especializada no fornecimento de material de expediente para atender às necessidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Goiás, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, resultante do **Pregão Eletrônico nº 90000/2026**, estando as partes sujeitas aos preceitos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Parágrafo 1º - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de material de expediente para atender às necessidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Goiás, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Parágrafo 2º – A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

As regras sobre a DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO constam no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO constam no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO consta no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão cumprir integralmente as obrigações estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

Parágrafo 1º – O pagamento será efetuado sob demanda, após o fornecimento do objeto e mediante Nota Fiscal ou Fatura.

Parágrafo 2º – A Contratada deverá protocolizar a nota fiscal até o quinto dia útil após a entrega do objeto licitado.

Parágrafo 3º – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento definitivo do produto e aprovado os termos das Notas Fiscais.

Parágrafo 4º – A Contratada deverá entregar ao GESTOR DO CONTRATO, servidor da Defensoria Pública do Estado de Goiás, os seguintes documentos:

- I - Nota Fiscal relativa ao fornecimento do objeto, devidamente atestada pelo setor competente da Defensoria Pública;
- II - Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- III - Certidão Negativa de Débitos inscritos em Dívida Ativa da Fazenda Pública do Estado de Goiás;
- IV - Certidão Negativa de Débitos Inscrito em Dívida Ativa Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- V - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos e a Dívida Ativa da União;
- VI - Certificado de Regularidade do FGTS;
- VII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo 5º - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no parágrafo 2º acima, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Parágrafo 6º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto perdurar pendência correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo 7º - Ocorrendo atraso no pagamento em que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a CONTRATADA fará jus a compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I / 365) onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

Parágrafo 1º – Este Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo 2º - A gestão deste contrato ficará a cargo de servidor a ser designado pelo Defensor Público-Geral do Estado de Goiás.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO REAJUSTE

Parágrafo 1º – O valor total do presente contrato de acordo com a Proposta de Preços da Contratada é de R\$ _____ (_____).

Parágrafo 2º – Os preços contratados, de acordo com a Proposta de Preços da Contratada, são:

LOTE 1							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	614213	Abraçadeira nylon 280x3,5mm (100 un.)	Pacote	20		
1	2	316632	Alfinete para mapa (50 un.)	Caixa	120		
1	3	394480	Almofada para carimbo nº 03 azul	Unidade	15		
1	4	468205	Apontador metálico	Unidade	150		
1	5	244441	Borracha macia com capa	Unidade	150		
1	6	392276	Caneta azul (cx 50)	Caixa	50		
1	7	285540	Caneta de mesa com corrente	Unidade	150		
1	8	339197	Marca-texto amarelo (cx 12)	Caixa	80		
1	9	335178	Marca-texto rosa (cx 12)	Caixa	20		
1	10	328961	Marca-texto verde (cx 12)	Caixa	20		
1	11	272501	Clips nº 2/0 (cx 100)	Caixa	350		
1	12	272505	Clips nº 4/0 (cx 50)	Caixa	350		
1	13	274804	Clips nº 6/0 (cx 50)	Caixa	100		
1	14	354895	Cola instantânea 20g	Unidade	15		
1	15	622132	Cola branca 90g	Unidade	100		

1	16	405486	Extrator de grampos	Unidade	100		
1	17	356367	Fita adesiva transparente 45mm	Unidade	350		
1	18	350646	Fita crepe fina 19mm	Unidade	100		
1	19	278973	Fita crepe larga 50mm	Unidade	200		
1	20	432381	Giz de cera 12 cores	Caixa	50		
1	21	284067	Identificador de chaves	Unidade	100		
1	22	338468	Lápis de cor 12 cores	Caixa	50		
1	23	392212	Lápis preto HB nº2	Unidade	300		
1	24	602172	Liga elástica (pct 100g)	Pacote	30		
1	25	233845	Pincel quadro branco azul	Unidade	30		
1	26	233847	Pincel quadro branco preto	Unidade	30		
1	27	233848	Pincel quadro branco vermelho	Unidade	30		
1	28	267351	Pincel atômico azul	Unidade	30		
1	29	283400	Pincel atômico vermelho	Unidade	30		
1	30	313577	Régua acrílica 30 cm	Unidade	100		
1	31	245461	Umedecedor de dedos	Unidade	25		
VALOR TOTAL							
LOTE 02							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	32	464924	Capa para encadernação A4	Unidade	200		
2	33	360241	Contra-capas pretas A4	Unidade	200		
2	34	380834	Espiral 200 fls – 29mm	Unidade	50		
2	35	260197	Espiral 250 fls – 33mm	Unidade	150		
2	36	327452	Etiqueta 50,8×101,6mm (100 fls)	Pacote	10		
2	37	315365	Etiqueta 33,9×101,6mm (100 fls)	Pacote	15		
2	38	324442	Etiqueta 31×63,5mm (100 fls)	Pacote	15		
2	39	381276	Saco plástico catálogo – escritório	Unidade	500		
VALOR TOTAL							
LOTE 03							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
3	40	486005	Envelope pardo pequeno	Unidade	500		
3	41	461645	Envelope pardo médio	Unidade	500		
3	42	459343	Envelope pardo A4	Unidade	7400		
3	43	610419	Envelope pardo A3	Unidade	250		
3	44	435053	Cordão de algodão cru nº 8	Rolo	15		
3	45	394720	Fita dupla face 12mm	Unidade	30		
3	46	355108	Fita VHB dupla face	Unidade	30		
3	47	481049	Fita zebra isolamento	Unidade	15		
VALOR TOTAL							
LOTE 04							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
4	48	615509	Display acrílico A4	Unidade	200		
4	49	615510	Display acrílico A3	Unidade	20		
4	50	414366	Bobina térmica 80×30 (1 via)	Rolo	300		
4	51	424371	Livro Ata 50 folhas	Unidade	60		
4	52	413335	Prancheta madeira	Unidade	100		
4	53	376266	Tesoura inox 21 cm	Unidade	70		
4	54	343000	Organizador 3 bandejas	Unidade	70		
4	55	313785	Porta lápis/clips	Unidade	100		
4	56	288921	Grampeador 30 folhas	Unidade	100		
4	57	253939	Grampo 26/6 (cx 5.000 un.)	Caixa	100		
VALOR TOTAL							
LOTE 05							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
5	58	341070	BATERIA DE BOTÃO 3V FX-CR2032.	UNIDADE(S)	50		
5	59	435132	BATERIA ALCALINA 9V.	UNIDADE(S)	30		
5	60	419859	PILHA ALCALINA 1,5V, MODELO: AA, (EMBALAGEM COM 02 (DUAS) UNIDADES)	PAR(ES)	300		

5	61	419860	PILHA ALCALINA 1,5V, MODELO: AAA, (EMBALAGEM COM 02 (DUAS) UNIDADES).	PAR(ES)	450		
5	62	410947	PILHA ALCALINA A23 12V.	UNIDADE(S)	30		
VALOR TOTAL							
LOTE 06							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	63	468082	CAIXA PARA ARQUIVO DE DOCUMENTO, EM PLÁSTICO (ARQUIVO MORTO), NAS CORES VARIADAS MEDIDA APROXIMADA: 135 X 250 X 360MM.	UNIDADE(S)	50		
6	64	410282	CAIXA PLÁSTICA PARA USO GERAL – COM TAMPA, MATERIAL EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE APROXIMADA DE 25 LITROS APROXIMADAMENTE.	UNIDADE(S)	10		
6	65	316184	CAIXA PLÁSTICA PARA USO GERAL – COM TAMPA, MATERIAL EM POLIPROPILENO; CAPACIDADE APROXIMADA DE 70 LITROS APROXIMADAMENTE.	UNIDADE(S)	20		
6	66	615471	CAIXA PLÁSTICA VAZADA ORGANIZADORA - COR PRETA, EM POLIETILENO, VAZADA, CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 50 LITROS; DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA: 31 CM LARGURA: 36 CM COMPRIMENTO: 55 CM. (PARA ARMAZENAR E TRANSPORTAR MATERIAIS, AJUDANDO A MANTER A ORDEM E TRANSPORTE SEGURO).	UNIDADE(S)	20		
VALOR TOTAL							
LOTE 07							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	67	357042	CARTÕES PVC BRANCO DE ESPESSURA 0,76MM TAMANHO 54X86MM PARA IMPRESSÃO DE CRACHÁ FUNCIONAL (VERTICAL).	UNIDADE(S)	2000		
7	68	611837	CORDÃO PARA CRACHÁ - PERSONALIZADO, 100% POLIÉSTER, LARGURA: 12 MM, TAMANHO PADRÃO: 85 CM; COR: VERDE, COM PRENDEDOR PARA FIXAÇÃO “TIPO JACARÉ” COM ALÇA PLÁSTICA TRANSPARENTE.	UNIDADE(S)	700		
7	69	480297	FITA RIBBON COLORIDA YMCKO COM DURABILIDADE DE 250 IMPRESSÕES, PART NUMBER 45000 FARGO (DTC1250e).	UNIDADE(S)	10		
7	70	419177	PORTA CRACHÁ VERTICAL RÍGIDO - TRANSPARENTE, PLÁSTICO RÍGIDO (PVC). MEDIDA INTERNA: 54MM (LARGURA) X 86MM (COMPRIMENTO). MEDIDA EXTERNA: 54,5MM (LARGURA) X 87MM (COMPRIMENTO).	UNIDADE(S)	700		
VALOR TOTAL							
LOTE 08							
LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	71	390586	PAPEL COLOR SET (CARMEM) NA COR VERDE BANDEIRA, MEDIDAS 48X66CM.	UNIDADE(S)	300		
8	72	486141	PAPEL CONTACT - TRANSPARENTE, PLÁSTICO ADESIVO, ROLO COM 25 METROS APROXIMADAMENTE.	ROLO(S)	4		
8	73	461772	PAPEL COUCHÊ BRILHO A3, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30		
8	74	461766	PAPEL COUCHÊ BRILHO A4, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	50		
8	75	461772	PAPEL COUCHÊ FOSCO A3, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30		
8	76	461771	PAPEL COUCHÊ FOSCO A4, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	50		
8	77	609319	PAPEL METÁLICO ASPEN A4, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30		
8	78	461772	PAPEL VERGÊ A-3, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30		
8	79	622712	PAPEL VERGÊ A-4, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	50		
8	80	200399	PAPEL OPALINE, GRAMATURA 180 GR. (RESMA C/ 50 FOLHAS).	RESMA(S)	30		
VALOR TOTAL							
LOTE 09							

LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	81	483447	PASTA COM ABA E ELÁSTICO FINA OFÍCIO - PASTA EM POLIPROPILENO, COM ABA ELÁSTICA, TAMANHO OFÍCIO, COR CRISTAL.	UNIDADE(S)	100		
9	82	312698	PASTA COM ELÁSTICO TRANSPARENTE 20MM - PASTA EM POLIPROPILENO, COM ABA ELÁSTICA, FORMATO 183MM X 245MM, TAMANHO OFÍCIO, COR CRISTAL.	UNIDADE(S)	100		
9	83	381013	PASTA COM ELÁSTICO TRANSPARENTE 50MM - PASTA EM POLIPROPILENO, COM ABA ELÁSTICA, FORMATO 332MM X 232MM, TAMANHO OFÍCIO, COR CRISTAL.	UNIDADE(S)	70		
9	84	398483	PASTA PARA ARQUIVO TIPO SUSPensa - COM CORPO EM CARTÃO MARMORIZADO REVESTIDO EM FILME (PLASTIFICADA), COM 2 SUPORTES DE ARAME E 4 GANCHOS DE PLÁSTICO, COM VISOR, ETIQUETA E GRAMPO PLÁSTICO. MEDIDAS APROXIMADAS: 240X361MM. GRAMATURA MÍNIMA: 300G/M2, COR CASTANHA.	UNIDADE(S)	70		
9	85	625646	PASTA TIPO: A-Z, MATERIAL CARTÃO PRENSADO PLASTIFICADO, LOMBADA FINA (MEDIDA APROXIMADA: 60 MM), COR PRETA, RENDEADOR INTERNO FERRAGEM REMOVÍVEL COM 2 FUROS, BOLSA PLÁSTICA TRANSPARENTE, MEDIDAS APROXIMADAS: 240X340MM.	UNIDADE(S)	50		
9	86	260573	PASTA TIPO: A-Z, MATERIAL CARTÃO PRENSADO PLASTIFICADO, LOMBADA LARGA (MEDIDA APROXIMADA: 80 MM), COR PRETA, RENDEADOR INTERNO FERRAGEM REMOVÍVEL COM 2 FUROS, BOLSA PLÁSTICA TRANSPARENTE, MEDIDAS APROXIMADAS: 240X340MM.	UNIDADE(S)	50		
9	87	396495	PASTA TIPO: L, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO L, LARGURA 210, ALTURA 297, COR INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM VISOR, TAMANHO OFÍCIO, MEDIDAS APROXIMADAS: 23X33,5 CM, (EMBALAGEM COM 10 UNIDADES).	PACOTE(S)	100		
VALOR TOTAL							

Parágrafo 3º – As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta da Dotação Orçamentária 2026.850.03.92.4200.4242.03 – Fonte 17530138 do vigente orçamento estadual, conforme Nota de Empenho, emitida pelo Setor Competente da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

Parágrafo 4º – Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da apresentação da proposta. Após este período, será utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

As SANÇÕES serão as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO

O presente contrato poderá ser extinto nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, para dirimir quaisquer dúvidas fundadas no presente instrumento.

E assim, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente, depois de conferido, que será assinado pelas partes contratantes.

Goiânia, _____ de _____ de 2026

TIAGO GREGÓRIO FERNANDES
Defensor Público-Geral do Estado de Goiás
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

ANEXO IV

DECLARAÇÕES

(NOME DA EMPRESA) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada (endereço completo) _____, por meio de seu representante legal (nome) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, DECLARA:

1. Para fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

2. Para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não possui em seus quadros de empregados e em seu corpo acionário cônjuge, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de membros da Administração Superior da Defensoria Pública do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual.

3. Sob as penas da lei, que até a presente data, inexistiu fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4. Sob as penas da lei, em especial o artigo 299 do Código Penal Brasileiro (Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante) que:

- a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico quanto a participar ou não da

referida licitação;

- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido ou recebido de qualquer integrante desta administração antes da abertura oficial do procedimento, sendo ele presencial ou eletrônico; e
- e) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações técnicas e jurídicas para firmá-la.
- f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

5. Para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não estando incurso nas exclusões do § 4º do citado artigo. (SOMENTE CASO SEJA ME/EPP).

Local e Data

Representante Legal (com carimbo da empresa)